

ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO FEMINISMO À PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

SOME FEMINIST CONTRIBUTIONS TO COMMUNITY SOCIAL PSYCHOLOGY

Claudia Mayorga

Universidade Federal de Minas Gerais; mayorga.claudia@gmail.com

Historia editorial

Recibido: 20/07/2012

Aceptado: 06/06/2103

Palavras-chave

Psicologia social comunitária
Intervenção
Feminismo pós-colonial
Interseccionalidade

Resumo

Neste artigo, analisamos as contribuições do debate feminista sobre interseccionalidade de categorias sociais para a psicologia social comunitária no Brasil. Esta se constituiu como campo teórico dedicado a analisar as desigualdades sociais que marcam as sociedades contemporâneas e a propor processos metodológicos de intervenção para problematização e transformação dessas realidades. Discutimos como a emergência de novos atores e demandas no espaço público, de forma distinta dos anos 1960/1970, tem exigido compreender as opressões a partir de sistemas de poder diversos, como os de gênero, de raça e de sexualidade. Conclui-se que a análise interseccional deve considerar diversos níveis de relação entre as categorias, o histórico diferenciado destas e os aspectos comuns dos distintos sistemas de poder, como naturalização das desigualdades, relação entre o público e o privado e relação entre igualdade e diferença. As análises baseadas na interseccionalidade podem contribuir para processos de intervenção social que considerem a complexidade das sociedades contemporâneas.

Abstract

This article analyzes the contributions of feminist debate about intersectionality of social categories for Community Social Psychology in Brazil. This was set up as dedicated to theoretical analyze the social inequalities that characterize contemporary societies and propose methodological processes of intervention for questioning and processing of these realities. We discuss how the emergence of new actors and demands on public space, as distinct from the 60/70, is required to understand the oppression from various power systems such as gender, race and sexuality. We conclude that intersectional analysis should consider different levels of relationships between categories, the history of the same differential and common aspects of different systems of power as naturalization of inequality, the relationship between public and private relationship between equality and difference. Analyses based on intersectionality can contribute to processes of social intervention that considers the complexity of contemporary societies.

Keywords

Community social
psychology
Intervention
Post-colonial feminism
Intersectionality

Mayorga, Claudia (2014). Algunas contribuciones do feminismo à psicologia social comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenead/v14n1.1089>

Introdução

A questão da mudança social está, mais uma vez, colocada para todos nós, em um contexto mundial em que grandes transformações vêm ocorrendo e em que os eixos de poder e também de dominação/opressão têm se reconfigurado, apontando para novas complexidades. Essa reconfiguração não se dá sem a presença contundente de diversos atores/atrizes na cena pública que tem tensionado de forma contundente instituições que pareciam estar consolidadas, mesmo que parcialmente, como o campo dos direitos, da cidadania, da política. Para nós, do campo do feminismo, e também de uma posição

orientada à transformação social, a pergunta sobre a intervenção social deve ser constantemente reformulada e, neste momento histórico, devemos atentar a algumas especificidades. As reflexões aqui apresentadas têm sido desenvolvidas a partir de trabalhos de intervenção comunitária junto a jovens mulheres, mulheres que atuam como lideranças comunitárias em contextos de favela, mulheres negras, migrantes brasileiras na Espanha e jovens feministas universitárias.

Ao colocarmos a questão acima destacada, o que encontramos, muitas vezes, é uma demanda insistente em relação ao *como* fazer. Sim, a pergunta acerca do *como* deve ser respondida, mas nos preocupa que, muitas vezes, esse exercício seja realizado sem atentar para uma análise mais crítica e complexa dos problemas que temos de enfrentar. A não atenção a isso tem levado, no campo da intervenção social comunitária e também do feminismo à reprodução de velhas e outras hierarquias sociais, ao predomínio, em alguns contextos, de lógicas tecnicistas, e isso deve ser objeto de nossa atenção. Assim, propomos uma discussão, de forma mais cuidadosa, sobre a partir de quais lentes teórico-analíticas estamos enxergando os problemas que dizemos querer transformar. No Brasil, país que vive uma espécie de euforia em relação ao seu *desenvolvimento econômico*, tal reflexão se faz ainda mais pertinente.

Falar da intervenção social no Brasil hoje exige uma retomada breve das origens desse campo na América Latina, nos anos 60/70 do século passado. Isso não para buscar alguma essência ou ato solene de fundação, como adverte Michel Foucault (1971/1994), mas para, à luz de uma perspectiva genealógica, considerar a emergência desse campo do conhecimento com base na análise das discórdias, dissensos e conflitos que ocorreram naquele momento e melhor compreensão dos desafios atuais desse campo do conhecimento.

No campo das ciências sociais e humanas na América Latina, aqueles foram anos marcados por um intenso debate e por uma emergência de ideias políticas e econômicas acerca das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pobreza e desigualdades, que eram também temas que tomavam o interesse de governantes dos países latino-americanos. Estava colocada para essas sociedades a necessidade de superação do subdesenvolvimento que se apresentava através da desigualdade social, dos problemas econômicos e da imensa pobreza. Diante dessa necessidade, distintas interpretações e orientações para a superação do subdesenvolvimento foram apresentadas. Por um lado, encontrávamos posições que defendiam que o subdesenvolvimento fazia parte do percurso evolutivo da modernização e industrialização e que, à medida que os países latino-americanos fossem se modernizando, a pobreza seria pouco a pouco superada. Tal vertente se associava a uma perspectiva liberal, que via, no desenvolvimento econômico, a possibilidade de superação do subdesenvolvimento, e foi adotada por go-

vernos ditatoriais na América Latina, como foi o caso do Brasil. Por outro lado, diversos pensadores e movimentos políticos e sociais começaram a problematizar essa posição, já que o desenvolvimento econômico não estava significando a superação da pobreza nos países da América Latina, mas sim a sua expansão. Autores como Theotonio dos Santos (1966; 1968; 1969), Vânia Bambirra (1972; 1977) e Ruy Marini (2000), dentre outros, vão analisar, por meio da chamada Teoria da Dependência, que o subdesenvolvimento não seria uma simples etapa a ser superada no percurso “linear” rumo ao desenvolvimento, mas sua reprodução, nos países chamados periféricos, ocuparia uma função específica no capitalismo mundial, condição instituída por relações imperialistas. A dependência dos países periféricos em relação aos países do centro se expressava, segundo esses autores, a partir de uma subordinação econômica, tecnológica e científica e, além disso, marcava tanto processos externos (relação entre os países) quanto internos (relação entre as elites e as classes populares dentro dos países). Portanto, fazia-se necessária, segundo essa vertente crítica, a superação da dependência.

No campo da psicologia social, essa relação de dependência também foi intensamente analisada e problematizada por autores como Ignacio Martín-Baró (1986) e Orlando Fals Borda (1971; 1980), e recebeu contribuições do pedagogo e filósofo brasileiro Paulo Freire. Para esses e outros autores, a produção teórica, de forma geral, e a psicologia latino-americana, mais especificamente, se encontravam em uma relação de dependência servil, colonial e imperialista, e a importação acrítica de uma certa ciência psicológica norte-americana estava produzindo interpretações das desigualdades sociais como anormalidade, doença, psicopatologia. Havia, portanto, a necessidade de redefinição da psicologia social produzida no contexto latino-americano, seu objeto de estudo e intervenção, seus fundamentos e sua finalidade. Em outras palavras, seus aspectos epistemológicos, teóricos, metodológicos precisavam ser reinventados, e um reposicionamento acerca dos aspectos éticos e políticos se fazia urgente. A intervenção social comunitária se configura nesse contexto como tentativa de resposta à necessidade de construir uma ciência não colonizada, voltada para a emancipação das minorias sociais e para a superação das desigualdades pelos próprios grupos em situação de subordinação. É nesse momento que as ideias de intervenção comunitária e de pesquisas de cunho interventivo, com utilização de metodologias participativas, emergem como saídas metodológicas, mas também ético-políticas, da psicologia social.

Interpretações sobre a opressão

Um importante exemplo dessa posição teórico-político-metodológica foi *Pedagogia do oprimido* (1970), proposta por Paulo Freire por meio de uma leitura psicossocial original acerca das relações de opressão e que indicou caminhos para pesquisas com finali-

dade de intervenção. Para o autor, a principal problemática do oprimido reside no fato de este hospedar valores, ideais, interesses e, inclusive, necessidades dos opressores em sua consciência, o que não permitiria a percepção de uma condição de subalternidade e opressão que se naturaliza e passa a ser vivida como se fosse uma essência universal. O reconhecimento da condição de opressão não seria, segundo Freire, elemento suficiente para que os oprimidos buscassem a superação da opressão, já que tal condição os levaria a almejar ocupar o lugar do opressor. Com base na dialética do senhor e do escravo de Hegel, para Paulo Freire os oprimidos estariam em uma condição de aderência ao opressor, e a possibilidade de uma análise crítica dessa situação seria temida, consistindo no que ele chamou de medo da liberdade.

Para o autor brasileiro, é a conscientização da situação de opressão, por parte do oprimido, que marca o princípio da emancipação. Esta somente poderá acontecer a partir do que o autor chamou de uma pedagogia *com* o oprimido e não *para* ele, e só poderá se concretizar através da ação dialógica e da práxis. Faz uma crítica contundente aos modelos de educação e intervenção que consideram que os sujeitos são recipientes vazios que deverão ser “enchidos” pelos conteúdos, comunicados, narrações dos educadores, e arquivados, guardados, reproduzidos, sem nenhuma transformação ou reflexão crítica. Nessa *educação bancária*, o “saber” é uma doação daqueles que se julgam sábios a partir da absolutização da ignorância do outro, ou do que Boaventura Souza Santos (2002) chamou de lógica derivada da monocultura do saber, isto é, lógica da racionalidade moderna que instituiu critérios de verdade e estética com base na negação de diversas experiências, nomeadas como ignorantes ou atrasadas, e em uma compreensão da opressão como inadequação ou patologia a ser tratada pelos *profissionais da cidadania*.

A consciência, para o autor de *Pedagogia do oprimido*, é a capacidade dos seres humanos se distanciarem das coisas para fazê-las presentes, estado distinto da aderência ao mundo da vida em que se viveria a existência como algo natural, dado, predefinido, essencializado, alienado. É a capacidade de reflexividade da consciência que faz com que essa mesma consciência defina a si mesma e o mundo. Com base em uma leitura crítica do marxismo, Freire não compreende o processo de conscientização como um processo individual, mas sim como consciência de classe, além de recusar qualquer idealismo, já que a conscientização deve materializar-se na ação, opondo-se, portanto, à dicotomia entre teoria e prática (Mayorga, 2007).

Encontramo-nos em um momento distinto daquele vivido por Paulo Freire, nos anos 1960/1970. As interpretações acerca das situações de opressão e exploração se complexificaram; outros atores sociais têm emergido na esfera pública e reivindicado o “direito a ter direitos” (Arendt, 1972), e o horizonte de emancipação ganhou novos

contornos. No que se refere à tensão entre regulação e emancipação, assistimos a uma transformação das energias emancipatórias em energias regulatórias, o que coloca a possibilidade constante de eliminação do político (Mouffe, 1992; Santos, 2000).

Além disso, o *oprimido*, no contexto contemporâneo, já não pode ser compreendido exclusivamente pelo seu pertencimento de *classe*, como a psicologia comunitária dos anos 1960/1970 vai expressar a partir da influência do marxismo que embasou grande parte das leituras acerca das opressões e desigualdades. A opressão se estabelece e afeta mulheres, negros e negras, gays e lésbicas, imigrantes, minorias étnicas através de sistemas distintos e inter-relacionados de poder, o que exige uma ampliação de nossas leituras acerca dos elementos psicossociais da opressão e dominação e também da emancipação. Essa complexificação coloca questões relevantes para o campo da intervenção social, uma vez que não pode abrir mão de especificar as lentes teóricas pelas quais analisa as desigualdades sociais que pretende enfrentar ou problematizar. Se não for dessa maneira, corre-se o risco de se transformar em um tecnicismo reducionista com efeitos de neutralização das tensões sociais ou despolitização da realidade, o que coloca também, mais uma vez, questões sobre o lugar e o papel dos intelectuais implicados em processos de pesquisa-intervenção.

Importante contribuição para esses problemas tem sido desenvolvida pelas perspectivas feministas que envolvem o debate no campo da epistemologia feminista, e do que se chamou feminismo pós-colonial. Propomos, a seguir, examinar as contribuições da noção de interseccionalidade e de articulação entre categorias sociais e as possibilidades de interpretação das relações de opressão nas sociedades contemporâneas que essa perspectiva oferece e que podem ser tomadas como ponto de partida para processos de intervenção social e comunitária.

Feminismo pós-colonial e interseccionalidade: outras leituras sobre as opressões

O debate sobre democratização da sociedade tem se dado, no âmbito das teorias sociais, psicossociais e políticas, a partir de enfoques distintos, dos quais destacamos aqueles que identificam, na centralidade das questões econômicas, a possibilidade de construção de justiça social (seja pelo viés liberal, seja pela influência marxista) e aqueles que, sem desconsiderar o econômico, introduzem elementos e categorias relacionadas a lutas por reconhecimento, como as questões de raça, gênero e sexualidade. Baseamo-nos na perspectiva de que as desigualdades sociais exigem abordagens teóricas que pensem dimensões de gênero, raça e sexualidade articuladas com as questões de classe. Essa necessidade não é algo novo nem no campo teórico nem no político.

Não há como referirmo-nos ao debate sobre a intersecção entre categorias sociais sem remetermo-nos ao pensamento feminista, especialmente o identificado como pós-colonial, expresso no trabalho de autoras como Ângela Davis, bell hooks, Patrícia Collins, Gloria Anzaldúa, Sueli Carneiro, Thereza Santos. Nesse sentido, parece relevante destacar que o feminismo possui uma história marcada por alianças com outras causas sociais (Mayorga e Prado, 2010): na história do feminismo, identificamos as sufragistas que se envolveram de forma determinante nas lutas abolicionistas nos Estados Unidos da América, nos movimentos de mulheres em diferentes países da América Latina e seu envolvimento nas lutas contra as ditaduras militares, nas lutas pelos direitos civis, antimilitaristas, pelos direitos de crianças e adolescentes, a participação ativa de mulheres em países da África nas lutas por independência durante o século passado etc.

Contudo, ao longo do século XX, houve a necessidade de caracterizar as especificidades do sistema de poder e seus efeitos sobre as mulheres, o qual foi nomeado de formas distintas, como política sexual (Millet, 1970/2000), patriarcado moderno (Paterman, 1993), sistema sexo-gênero (Rubin, 1975). Muitos desses exercícios teóricos buscavam revelar a invisibilidade das mulheres nas teorias da vida social, como foi o clássico debate entre feministas e marxistas nos anos 1960/1970, em que aquelas vão demonstrar a insuficiência do marxismo para explicar a opressão sexual e de gênero (Firestone, 1970; Rubin, 1975). A delimitação de uma teoria do poder para compreender a opressão de gênero teve consequências importantes para a ação política feminista, e conquistas fundamentais foram alcançadas a partir daí no campo do trabalho, da sexualidade, da educação e da participação política.

As primeiras concepções acerca do gênero e da dominação sobre as mulheres realizadas pela teoria feminista receberam muitas críticas das mulheres não brancas norte-americanas, negras inglesas e feministas do Terceiro Mundo. Feministas negras, lésbicas, asiáticas, africanas, latino-americanas têm se esforçado na construção de importantes contribuições para a compreensão das múltiplas faces da opressão feminina que afetam as experiências de vida de muitas mulheres por todo o mundo. Para K. L. Caldwell (2000), a terceira onda do feminismo, que se desenvolveu nos anos 1980 e 1990, desafia os paradigmas unitários de gênero construídos pelas feministas brancas, de classe média, nos anos 1960 e 1970. A decepção com modelos e discursos realizados por feministas brancas levaram outros coletivos de mulheres a utilizarem suas próprias experiências de exclusão, opressão e discriminação, bem como de resistência, relacionadas à raça e sexualidade, principalmente para desenvolver formas próprias de trabalhar com os conceitos de gênero e feminismo, já que o enfoque dado pelo feminismo ao gênero como exclusiva fonte de opressão das mulheres não logra estabelecer relações entre sexismo e outras formas de dominação.

Para o feminismo pós-colonial, a perspectiva de gênero estaria calcada em uma ideia universal de mulher, a qual também se fundamentaria num falso universalismo, que, por sua vez, estaria embasado na ideia de um sujeito liberal-humanista (racional, com livre vontade e agência) e que desconsideraria a experiência de mulheres negras que, por sua condição racial e étnica, estariam submetidas a relações de dupla opressão. As mulheres do Terceiro Mundo também vão apontar para o caráter prescritivo da noção de gênero, quando, a partir das lógicas coloniais, serão consideradas por suas irmãs brancas e de países do Primeiro Mundo como primitivas, submissas, escravas e vítimas. Em um debate com uma ativista feminista lésbica em Madri, no qual discutíamos acerca das diferenças entre os feminismos dos contextos latino-americano e espanhol, ela foi bastante categórica ao afirmar que o problema das latinas refere-se ao fato de elas *ainda* se casarem, terem filhos etc. É certo que a instituição do casamento e a designação da maternidade como lugar natural para as mulheres foram aspectos fortemente criticados pelo feminismo, por sua forte relação e função nas lógicas patriarcais, mas tal afirmação revela uma posição de prescrição de formas de emancipação que foi e segue sendo alvo de tensões e problematizações dentro do feminismo. A preocupação se volta, sobretudo, para posições que (re)produzem compreensões sobre *outras* mulheres, sem de fato ouvir suas vozes, experiências e posições. Da mesma forma, em um outro debate acerca da problemática do tráfico de pessoas, uma pesquisadora feminista sueca, ao falar da necessidade da elaboração de políticas de enfrentamento ao tráfico de mulheres, revela, quase em tom de confissão, que o problema do tráfico deveria mesmo acabar, pois *essas* mulheres estavam “levando doenças para seus maridos”. Um encontro que, a princípio, parecia ser um ato de solidariedade e problematização da violação de direitos de mulheres migrantes acabou por revelar a naturalizada visão de desqualificação em relação às mulheres de outras latitudes.

Em vários países, a inserção de mulheres brancas e das classes médias no espaço público através do trabalho não resultou, necessariamente, numa reconfiguração das relações na vida privada, mas na inserção de outras mulheres (negras, de classes populares, migrantes etc.) na realização do trabalho doméstico, que segue sendo alvo de exploração, baixa remuneração e nenhum reconhecimento em nossa sociedade, revelando que raça e classe são dimensões da experiência de muitas mulheres não consideradas por perspectivas mais clássicas do gênero. Da mesma forma, destacamos a prática de esterilização de mulheres negras sem seu consentimento ocorrida, de forma sistemática, nos anos 1980/1990, no Brasil, e sua reivindicação ao direito de serem mães, colocando a questão racial e de classe como complexificadora na luta pelo aborto legal e pelo direito de decidir das mulheres. Temos ainda a relação entre lésbicas e heterossexuais dentro do feminismo, sendo a relação com aquelas muitas vezes evitadas, já que, segundo muitas feministas heterossexuais, tal ligação reforçava os estereótipos

das feministas como sendo não mulheres ou menos mulheres, evidenciando a tensão entre gênero e sexualidade, assim como o problema da prostituição e da pornografia, que dividiu as feministas entre abolicionistas e pela legalização ou regulamentação da prostituição e pornografia. Destacamos também os conflitos entre as jovens feministas e as militantes mais “históricas” do feminismo em muitas organizações feministas, conferências e seminários em todo o mundo (Adrião, 2008).

Foi desse antagonismo dentro do próprio feminismo que nasceu a noção de interseccionalidade (Crenshaw, 1994). Contudo, não se trata de afirmar simplesmente a necessidade de trabalhar com a multiplicidade de diferenças que caracterizam as mulheres a partir de uma somatória de opressões. É muito importante compreender como essas diferenças se instituem como desigualdade e devem-se analisar quais sistemas as produzem e também como estão em interseção. Isso porque principalmente categorias como gênero, raça, classe e sexualidade se expressam, muitas vezes, através de antagonismos. Desse modo, a noção de *interseccionalidade* será tomada como uma resposta à necessidade evidente em nossas sociedades para compreender as formas de opressão de forma articulada, considerando a complexidade das sociedades contemporâneas, bem como para construir enfrentamentos que possam ser não fragmentados.

Esta fase supõe a formulação de construções teóricas que abordem a diferença e que se ocupem de maneira central em analisar como a diferença racial se constrói através do gênero, como o racismo divide a identidade e a experiência de gênero e como o gênero e a raça configuram a classe. (Moore, 1988, p. 43)

É nessa proposta crítica de análise das desigualdades e opressões sociais, através da noção de interseccionalidade, que encontramos importância para o âmbito da intervenção social comunitária. A seguir, elencamos alguns aspectos importantes no debate sobre a interseccionalidade entre categorias sociais com o intuito de colaborar com as leituras sobre as opressões no contexto contemporâneo que podem contribuir com o campo da intervenção social comunitária.

Níveis distintos de interseccionalidade entre categorias

Quando destacamos a importância de interseccionar categorias sociais distintas, como raça, classe, gênero, sexualidade, para compreendermos as dinâmicas das opressões nas sociedades contemporâneas, nos referimos a várias modalidades de relação que nem sempre são as mesmas, em termos metodológicos. Faz-se necessário explicitar qual tipo de relação se pretende analisar, já que essa aproximação metodológica pode acontecer em diversos níveis. Em um primeiro nível, podemos estar interessados, por

exemplo, em saber de que maneira se expressa cada uma dessas categorias em um determinado problema, ou, em um segundo nível, podemos focar as relações entre as categorias e o modo como relacionam umas com as outras. Assim, não é suficiente anunciar que vamos fazer uma leitura de gênero, raça, classe, sexualidade, mas é fundamental delimitar um marco analítico que indague sobre as formas de relação e não proponha, de antemão, o tipo de relação antes de estudar o problema ou supor que há uma relação necessária (Hernandes, 2009). Além disso, podemos lançar mão de formas diversas de entender a relação entre categorias: a partir da ideia de dupla ou múltipla discriminação (Collins, 2000; Davis, 2004; hooks, 1981; 1984), ou de efeitos cumulativos (Díaz, 2005), ou ainda pode-se tomar a sexualidade, o gênero ou o sexo como metáforas raciais (Arango, 2006; Dorlin, 2006).

Como exemplo, trago alguns elementos de um projeto de pesquisa-intervenção que realizamos em uma escola municipal, localizada em uma favela de Belo Horizonte, Brasil, com objetivo de fortalecer a dimensão da participação de estudantes, professores e comunidade, de forma geral, na construção de um espaço de debate para o fortalecimento de uma comunidade política dentro da escola. Para tanto, foi necessário conhecer em profundidade como as relações entre os diversos atores se davam, conhecer as dificuldades, mas também as riquezas daquele espaço social tão complexo. Foram feitas atividades com cada um desses atores de forma separada e também em conjunto. Na primeira etapa do projeto, em que foi elaborado um mapa das relações dentro da escola, um aspecto que emergiu como dificuldade na interação entre professores e alunos se referia ao profundo abismo cultural entre esses dois atores, assim como um desconhecimento mútuo acerca de suas realidades, o que dificultava, em grande medida, a relação entre os mesmos, marcada por autoritarismo e, por vezes, violência. O olhar dos professores sobre os/as jovens era carregado de estereótipos e a expectativa que tinham em relação às jovens, por exemplo, era bastante reduzida, devido a uma compreensão de sua experiência como essencialmente sexualizada. Nesse contexto, a análise que fizemos em conjunto com os atores da escola exigiu uma articulação entre algumas categorias sociais específicas. Nos estereótipos tão naturalizados, aspectos relacionados ao gênero, à sexualidade e ao território se articulavam e se condensavam numa ideia negativa e preconceituosa sobre *as faveladas*, o que tinha como consequência a invisibilidade e a desqualificação de suas experiências, contribuindo, dessa maneira, para a reprodução das desigualdades de gênero. Outras articulações poderiam ter sido feitas envolvendo, de forma mais direta, por exemplo, a categoria raça, mas, nas diversas interações que estabelecemos com os atores daquela instituição, a categoria *favelado* parecia fazer mais sentido para os mesmos quando abordamos o problema indicado. Nesse exemplo específico, mais do que saber como cada uma dessas categorias demar-

cava as experiências das jovens estudantes daquela escola, passou a nos interessar a forma de relação entre elas.

Históricos distintos das categorias

No exercício da interseccionalidade, deve-se atentar também para as distintas origens das categorias que se pretende interseccionar, e, por isso, não se trata de uma simples somatória de opressões. É importante historicizar essas categorias e analisar como elas foram se transformando em categorias políticas. Por exemplo, a distinção entre sexo e gênero foi feita de forma pioneira por Money e Stoller diante da impossibilidade de classificar determinados sujeitos como machos e fêmeas a partir do dimorfismo sexual, devido à ausência de uma clara demarcação dos caracteres sexuais secundários ou por problemas de caráter cromossômico ou hormonal que afetavam a diferença sexual; a noção de raça é utilizada primeiramente para classificar plantas e animais e será no momento da expansão marítima da Europa, com o conhecimento de novas culturas, que a pergunta acerca da humanidade dos povos encontrados fez com que a noção de raça surgisse como elemento classificatório dos povos. No século XIX, a noção de raça ganhará outras complexidades, sendo, inclusive, ressignificada pelo movimento negro brasileiro, a partir de uma perspectiva afirmativa. Na questão da sexualidade, pode-se perceber que as noções de homossexual/heterossexual foram inventadas tais quais quaisquer outras formas de classificação do humano. No período do Império Romano, se denota uma primeira aproximação da prática sexual com valores morais de inferiorização, exatamente para caracterizar indivíduos que eram fracos, vistos naquele momento como submissos e inferiores a partir das práticas sexuais (ativo *versus* passivo). Aqui se caracterizou a mudança de sentido das práticas homoeróticas se comparadas com a experiência na Grécia Antiga. Homossexualidade e heterossexualidade, além de descritores históricos, já serviram, portanto, para classificar fenômenos completamente distintos do que conhecemos nos dias atuais (Mayorga e Prado, 2010).

Um bom exemplo dessa questão pode ser identificado no contexto da prostituição. Em pesquisa-intervenção realizada junto a prostitutas do chamado baixo meretrício da cidade de Belo Horizonte, Brasil, em que nos interessava conhecer, juntamente com as prostitutas, a dinâmica do seu trabalho, a interação social e a organização política, a experiência dessas mulheres, nos primeiros contatos, parecia exigir, a partir da interseccionalidade, a articulação entre gênero, sexualidade e classe social. Contudo, tais categorias não apareceram nesse cenário de forma equivalente, o que exigiu de toda a equipe de trabalho alguns cuidados analíticos. É conhecido na literatura sobre a prostituição feminina – e as mulheres com quem trabalhamos também revelaram isso – que uma das principais formas de lidar com o “pânico moral” causado pela possibilidade de

uma escolha autônoma das mulheres pela prática da prostituição se dá através do discurso que apregoa que a escolha por tal ocupação ocorre devido a motivos estritamente econômicos, geralmente em um momento de necessidade extrema. Dessa forma, para uma análise interseccional crítica da experiência das prostitutas, foi necessário explicitar as dinâmicas a partir das quais os elementos relacionados à classe social frequentemente invisibilizavam as questões da relação entre sexualidade e autonomia, contribuindo, mais uma vez, para a reprodução das desigualdades de gênero. Isso porque tal posição reforça o lugar de vítima das mulheres e nega qualquer possibilidade de agência delas na prática da prostituição. É claro que tal cuidado analítico não nos isentou de abordar a questão da classe social. Contudo, a forma hierárquica como essas categorias organizam a compreensão dessa experiência precisou ser desconstruída.

Os sistemas de poder e os elementos psicossociais comuns de funcionamento

As categorias sociais que se pretende interseccionar se referem a sistemas de poder distintos e possuem diferentes dinâmicas de constituição e operação sobre as relações sociais. Entretanto, os sistemas sexo-gênero, heteronormativo e racista também possuem elementos em comum e possibilitam, numa perspectiva analítica, colocá-los em interação. São sistemas que têm efeito de naturalização das desigualdades sociais e das dinâmicas de poder que as constituem. Nessa dinâmica, relações de subordinação por raça, gênero, sexualidade são compreendidas como naturais, e a inferioridade instituída por esses sistemas é compreendida como funcional e passa a ser justificada. Uma posição orientada para a intervenção social feminista busca a desnaturalização dessas desigualdades. E tal exercício se faz através da historicização da realidade, de um olhar sobre atento dela para as relações de poder, focalizando, principalmente, os seus efeitos: silenciamento, estigmatização, deslegitimação, inferiorização e prescrição de formas de vida, pensamento, sociedade. Em pesquisa-intervenção, feita em projeto em que se realizou mapeamento das ações de resistência de jovens negros na cidade de Belo Horizonte, foi interessante identificar como a denúncia do racismo e das hierarquias geracionais feitas pelos diversos grupos de jovens no contexto do hip-hop, da religião afro, do funk, do teatro etc. não se dá de forma equivalente às problematizações acerca do sexismo ou da homofobia, e muitas práticas realizadas pelos mesmos acabavam por reproduzir concepções naturalizadas acerca das mulheres e dos homossexuais, ainda que pudessem ser identificadas problematizações internas sobre essas questões. Uma proposta de intervenção orientada pelo feminismo e pela interseccionalidade precisa propor um trabalho em conjunto com esses grupos, no sentido de construir equivalências entre essas posições, atentando para as diversas hierarquias que passam a ser naturalizadas a partir de dinâmicas de poder muito semelhantes. De fato,

em um dos grupos de hip-hop, por exemplo, as questões de gênero passaram a ser visibilizadas com mais intensidade e embates entre “manos” e “minas” passaram a ocorrer. Tal explicitação possibilita um rearranjo interno no grupo, e, mais do que “deixar” as mulheres do grupo se expressarem, novos elementos puderam emergir no que se refere, por exemplo, a quem está autorizado a representar o grupo ou ainda quais conteúdos serão permitidos ou não nos duelos de MC’s que acontecem semanalmente (nos duelos, homens e mulheres improvisam uma disputa cantada e em vários momentos a desqualificação e ofensa às meninas esteve presente nos conteúdos das rimas). Não se trata simplesmente de criar uma regra proibindo determinados conteúdos, mas da emergência das vozes das mulheres na definição das “regras do jogo”, contribuindo para a desconstrução de ideias naturalizadas, como a de que as mulheres não cantam porque só lhes interessa a fofoca ou a dança, porque são tímidas e vergonhosas ou porque estão ali para arrumar namorado. A comparação com a dinâmica do racismo que também naturaliza determinados discursos sobre negros e negras é um exercício importante para a construção de equivalência entre as causas.

Para Sandra Harding (1986), em culturas estratificadas tanto por gênero quanto por raça, o gênero sempre resulta como categoria racial e a raça como categoria de gênero. Para Verena Stolcke (1993), se trata de compreender como a interseção entre classe, raça e gênero produz experiências comuns e diferenças pelo fato de serem mulheres e porque o gênero, a classe e a raça são constitutivos da desigualdade social. Para essa autora, a desigualdade de gênero na sociedade de classes é resultado de uma tendência histórica de naturalizar ideologicamente as desigualdades socioeconômicas que imperam. Para Verena Stolcke (1993, p. 295),

Essa *naturalização* é um subterfúgio ideológico que tem como finalidade reconciliar o irreconciliável: a ilusão de que todos os seres humanos, livres e iguais por nascimento, gozam de igualdade de oportunidades, com a desigualdade socioeconômica realmente existente, pelo interesse de quem se beneficia desta última. Essa *naturalização* ideológica da condição social tem um papel central na reprodução da sociedade de classes e explica o significado especial que se atribui às diferenças sexuais.

Outra característica comum desses sistemas de poder refere-se à relação entre público e privado, já que instituem dinâmicas em que experiências sociais marcadas por raça, classe, gênero, sexualidade são frequentemente classificadas a partir de códigos moralizantes, revelando um movimento de encolhimento do público e alargamento do privado. Três sentidos tradicionais sobre a relação público-privado podem ser identificados: a) aquilo que se refere a uma dimensão coletiva ou individual (o pessoal é político); b) aquilo que se refere à visibilidade ou ocultamento/invisibilidade (dimensão do

reconhecimento); c) aquilo a que se tem acesso amplo ou acesso restrito (privilégios *versus* direitos) (Rabotnikof, 1998). Abordar essas dimensões na intervenção social feminista faz-se fundamental.

Por fim, os sistemas de poder indicados revelam a tensão entre igualdade e diferença, uma vez que atuam fomentando lógicas da diferença ou do que Tzevetan Todorov (1989) chamou de diferencialismo absoluto, o que exclui a possibilidade de reconhecimento da igualdade. Um exemplo interessante é o de Wassyla Tamzali (2011), feminista argelina. Ela dirige sua indignação a alguns feminismos ocidentais que têm sido incapazes, segundo a autora, de se unirem às vozes das feministas islâmicas, sempre em nome da *cultura* ou contra a *islamofobia*. Enfatiza que o relativismo com o qual essa questão é abordada contribui para a essencialização da mulher muçulmana e alerta para o perigo do retorno ao orientalismo, ou seja, a visão colonial das mulheres genericamente heterodesignadas como “árabes”. Wassyla Tamzali relata diálogos com profissionais do direito na França com quem criticou decisões de juízes a favor de homens muçulmanos que violentaram suas mulheres ao utilizarem como argumento o aspecto cultural e religioso, com objetivo de destacar a tolerância naturalizada com a violência do *outro*.

Identificar essas dinâmicas comuns de funcionamento é um passo importante para a análise e para o processo de intervenção baseado na interseccionalidade e que deve ter como passo seguinte o exame de tais relações através de lentes históricas (Mayorga e Prado, 2010).

Considerações finais

Neste artigo, após uma breve retomada histórica da intervenção social no Brasil e América Latina, recorreremos ao feminismo pós-colonial e destacamos a perspectiva da interseccionalidade para análise das opressões nas sociedades contemporâneas. Identificamos que esse movimento analítico pode contribuir com os processos de intervenção social comunitária, pois esse é um campo que historicamente tem tomado as desigualdades sociais e opressões como objetos de reflexão e tem buscado construir perspectivas metodológicas que contribuam com a construção de um mundo menos marcado por eixos de opressão (Haraway, 1988).

Se toda perspectiva de intervenção deve propor uma análise ou interpretação sobre as desigualdades que pretende problematizar e sobre a realidade que pretende intervir, consideramos aqui que essas análises devem se complexificar, atentando para os efeitos dos diversos sistemas de poder que marcam as sociedades contemporâneas e, principalmente, as diversas vozes e sujeitos que têm interpelado o espaço público. As

vozes são muitas e já não correspondem a um único e universal lugar de fala – se a classe social ou o gênero foram, historicamente, dimensões importantes para problematizar e politizar as relações sociais, faz parte também dessa mesma história a denúncia sobre os efeitos que visões únicas e totais da sociedade podem nos levar.

Um cuidado importante nessa empreitada se refere ao que chamarei de “retórica das diferenças”, que transforma as desigualdades em um alegre e superficial conjunto de “letrinhas”, caixas, atributos, banalmente nomeados como diferenças. Reconhecer a diversidade é um movimento importante na construção de um mundo menos autoritário e mais justo, mas é fundamental que a perspectiva das relações de poder não se perca nesse complexo exercício proposto. Assim, atentar às dinâmicas e aos processos das relações sociais passa a ser um movimento necessário e, para tanto, é importante radicalizar um dos princípios da psicologia social comunitária, presente desde os anos 1960/1970, que se refere ao reconhecimento do lugar de fala dos sujeitos com quem trabalhamos nos diversos processos de intervenção.

Vale destacar, uma vez mais, que esse exercício exige uma posição de contínua reflexividade, pois não estamos trabalhando nem em termos epistemológicos e tampouco políticos com a noção de neutralidade. A interseccionalidade é um exercício analítico que estabelece a necessidade de revelar quem o faz, de quais lugares e diante de quais problemas.

Referências

- Adrião, Karla Galvão (2008). *Encontros do feminismo: uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. Tese de doutorado inédita, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Arango, Luz Gabriela (2006). *Nuevas desigualdades en Colombia*. Bogotá: Colciencias/GIEG Universidad Nacional de Colombia.
- Arendt, Hannah (1972). *Crisis of the republic*. New York: Harcourt, Brace, Jovanovich.
- Bambirra, Vânia (1972). *El capitalismo dependiente latinoamericano*. Santiago: Prensa Latinoamericana.
- Bambirra, Vânia (1977). *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. Ciudad de México: Era.
- Caldwell, Kia Lilly (2000). Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas* 8(2), 91-108.
- Collins, Patricia Hill (2000). Black Feminist Thought. En Les Back y John Solomos (Eds.), *Theories of Race and Racism* (pp. 404-420). London/New York: Routledge.
- Crenshaw, Kimberlé (1994). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. En Martha Fineman Albertson y

- Roxanne Mykitiuk (Eds.), *The Public Nature of Private Violence* (pp. 93-118). New York: Routledge.
- Davis, Ángela (2004). *Mujeres, raza y clase*. Madrid: Akal. de Estudios Sociales/Escuela de Estudios de Género/Universidad Nacional de Colombia/Tercer Mundo.
- Díaz, María Elvira (2005). Jerarquías y resistencias: raza, género y clase en universos homosexuales. En Mara Viveros, Claudia Rivera y Manuel Rodríguez (Comp.), *De mujeres, hombres y otras ficciones* (pp. 283-304). Bogotá: Centro.
- Dorlin, Elsa (2006). *La matrice de la race: généalogie sexuelle et coloniale de la nation française*. Paris: La Découverte.
- Dos Santos, Theotonio (1966). *La clase dominante brasileña*. Concepción, Chile: Universidad de Concepción.
- Dos Santos, Theotonio (1968). *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: Ed. CESO.
- Dos Santos, Theotonio (1969). *Latin America – Reform or Revolution* (Vol. 1). New York: Ed. Fawcett.
- Fals Borda, Orlando (1971). *Ciencia propia y colonialismo intelectual*. Ciudad de México: Nuestro Tiempo.
- Fals Borda, Orlando (1980). *La ciencia y el pueblo*. Bogotá: Punta de Lanza.
- Firestone, Shulamith (1970). *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution*. New York: Morrow.
- Foucault, Michel (1971/1994). *Dits et écrits* (Vol. 2). Paris: Gallimard.
- Freire, Paulo (1970). *A pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Haraway, Donna (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspectives. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599.
- Harding, Sandra (1986). *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell Univ. Press.
- Hernandes, Franklin Gil (2009). *Estado e procesos políticos: sexualidad y interseccionalidad*. Bogotá: Mimeo.
- hooks, bell (1981). *Ain't I a Woman: Black Women and Feminism*. Boston: South End Press.
- hooks, bell (1984). *Feminist Theory from Margin to Center*. Boston: South End Press.
- Marini, Ruy Mauro (2000). *Dialética da dependência*. São Paulo: Editora Vozes.
- Martín-Baró, Ignacio (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, 219-231.
- Mayorga, Claudia (2007). Revisitando a Pedagogia do Oprimido: Contribuições à Psicologia Comunitária. In: Claudia Mayorga e Marco Aurélio Máximo Prado (Orgs.), *Psicologia Social: Articulando Saberes e Fazeres* (pp. 33-47). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mayorga, Claudia e Prado, Marco Aurélio Máximo Prado (2010). Democracia, Instituição e Articulação de Categorias Sociais. In: Claudia Mayorga (Org.), *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio sobre democratização da universidade* (pp. 46-70). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Millet, Kate (1970/2000). *Política sexual*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Moore, Henrietta L. (1988). *Feminism and Anthropology*. Cambridge, UK: Polity Press.

- Mouffe, Chantal (1992). *Dimensions of radical democracy: Pluralism, Citizenhip, Community*. London: Verso.
- Pateman, Carole (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rabotnikof, Nora (1998). Público, privado. *Debate Feminista*, 9(18), 3-13.
- Rubin, Gayle (1975). The Traffic in Women: Notes on the Political Economy' of Sex. En Rayna Reiter (Ed.), *Toward an Anthropology of Women* (pp. 157-210). New York: Monthly Review.
- Santos, Boaventura (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Stolke, Verena (1993). Is Sex to Gender as Race is to Ethnicity? En Teresa del Valle (Ed.), *Gendered Anthropology* (pp. 17-37). London: Routledge.
- Tamzali, Wassyla (2011). *Carta de una mujer indignada – Desde el Magreb a Europa*. Madrid: Ediciones Cátedra, Colección Feminismos.
- Todorov, Tzevetan (1989). *Nous et les autres: la réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Seuil.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons 4.0](#).

Usted es libre para Compartir —copiar y redistribuir el material en cualquier medio o formato— y Adaptar el documento —remezclar, transformar y crear a partir del material— para cualquier propósito, incluso comercialmente, siempre que cumpla la condición de:

Atribución: Usted debe reconocer el crédito de una obra de manera adecuada, proporcionar un enlace a la licencia, e indicar si se han realizado cambios . Puede hacerlo en cualquier forma razonable, pero no de forma tal que sugiera que tiene el apoyo del licenciente o lo recibe por el uso que hace.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)